

MARCELO ABELHA RODRIGUES

Mestre PUC-SP
Doutor PUC SP
Professor Graduação da UFES
Professor Mestrado UFES

Fundamentos da tutela coletiva



Gazeta Jurídica

Brasília

2017

1ª edição - 2017

© Gazeta Jurídica Editora e Livraria Ltda ME

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil).

Rodrigues, Marcelo Abelha

Fundamentos da tutela coletiva / Marcelo Abelha Rodrigues. -
Brasília, DF : Gazeta Jurídica, 2017.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-67426-48-8

1. Direitos coletivos - Brasil 2. Processo civil - Brasil 3. Tutela
jurisdicional - Brasil I. Título.

17-04327

CDU-347.922(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Tutela coletiva : Direito processual civil 347.922(81)

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer forma ou meio, inclusive eletrônico. Sanções previstas nos artigos 102 e 104 da Lei dos Direitos Autorais - Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998 e no artigo 184 do Código Penal - Decreto-Lei 2848, de 7 dezembro de 1940.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

GAZETA JURÍDICA EDITORA E LIVRARIA LTDA ME

SCLS 111, Bloco C, Loja 22, Asa Sul
Brasília - DF - CEP: 70374-530

Diretora: ADRIANA BELTRAME

Presidente do Conselho Editorial: PETRONIO CALMON

IMPRESSO NO BRASIL / printed in Brazil

Sumário

1	Direito processual coletivo?	1
2	O fato e o direito	11
3	Sociedade industrial (capitalista, líquida) e suas características.....	17
4	Os conflitos de interesses predominantes na atual sociedade	23
1.	Apresentação	23
2.	O núcleo dos conflitos: interesse e sua estrutura.....	25
3.	O modelo de “conflitos de interesses” na sociedade industrial – Taxonomia dos conflitos de interesses na sociedade de massa	27
5	Interesses difusos, coletivos e individuais (homogêneos e heterogêneos).....	33
1.	O surgimento dos interesses difusos e coletivos.....	33
2.	A criação das categorias autônomas: difusos, coletivos e individuais homogêneos	36
3.	A Fragilidade do conceito do CDC no estágio atual de compreensão das relações sociais na sociedade de massa: a transindividualidade como pedra de toque para distinguir o interesse coletivo (<i>lato sensu</i>) do individual (heterogêneo)	38
4.	Interesse coletivo individual e interesse coletivo transindividual..	39
5.	A sociedade de massa e o fenômeno da transindividualidade	41
6.	Difusos x coletivos.....	43
7.	Os Interesses individuais homogêneos	45

8. A perspectiva objetiva e subjetiva, quantitativa e qualitativa dos individuais homogêneos. Análise de um “case”	50
9. Os interesses difusos e sua aproximação com os individuais homogêneos (sociedade de massa).....	54
10. Interesses difusos e interesse público.....	57
10.1 Introito	57
10.2 A estrutura do interesse público	60
10.3 O papel do Estado: interesse público primário e secundário	61
10.4 O conteúdo do interesse público (primário): os interesses difusos	62
11. Os megaconflitos	68
12. As técnicas <i>individuais</i> coletivas e técnicas <i>coletivas</i> individuais ..	70
13. Os Interesses individuais heterogêneos (cada vez menos na sociedade de massa).....	72
6 Panorama da tutela dos interesses coletivos	75
1. Panorama inicial.....	75
2. Mais uma vez os interesses individuais (heterogêneos e homogêneos)	84
7 Um pouco de história: como surgiu o sistema processual coletivo (IACP e CDC) no Brasil	87
1. As origens da tutela coletiva (microsistema coletivo) no Brasil ...	87
2. As influências	89
3. A lei de ação civil pública e a posterior criação do que se convencionou chamar de “microsistema coletivo”	90
8 Mais um pouco sobre a evolução das ações coletivas: a judicialização das políticas públicas	97

9 O problema da ineficiência das ações coletivas para a defesa de direitos individuais homogêneos	107
1. A ineficiência das ações coletivas para a defesa de direitos individuais de massa: os números estatísticos do CNJ	107
2. Fatores jurídicos da ineficiência	109
2.1 O não reconhecimento do direito individual homogêneo como categoria autônoma de direito material	109
2.2 A falha na representatividade adequada dos titulares dos direitos individuais de massa	114
2.3 As restrições legislativas que reduziram o cabimento e fragmentaram a coisa julgada	121
2.4 A insegurança jurídica na coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> das ações coletivas para a defesa de direitos individuais homogêneos	124
2.5 A fase individual das ações para a defesa de direitos individuais homogêneos	125
3. Declínio das ações coletivas para a defesa de direitos individuais homogêneos – nascimento das técnicas individuais de repercussão coletiva – necessidade de reduzir números de causas do poder judiciário	128
10 Aspectos fundamentais da tutela coletiva	131
1. Introito	131
2. Os métodos consensuais para a solução de conflitos coletivos (multipartes)	132
2.1 Apresentação do problema	132
2.2 Lineamentos da solução consensual dos conflitos envolvendo interesses coletivos	136
2.3 Diretrizes necessárias na solução consensual dos conflitos de interesses coletivos	139
2.3.1 Apresentação	139
2.3.2 Obediência à legalidade	141
2.3.3 Publicidade e transparência X confidencialidade	142

2.3.4	Indisponibilidade X intransigibilidade	143
2.3.5	Participação democrática (isonomia, contraditório, boa-fé, etc.)	146
2.3.6	Mediadores ou conciliadores imparciais e com capacidade (preparados) para gestão e resolução de conflitos ...	147
3.	O órgão jurisdicional competente nos conflitos coletivos	147
3.1	Apresentação do problema	147
3.2	A regra geral da competência nas ações coletivas para defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos..	149
3.2.1	Introito.....	149
3.2.2	Art. 2º da LACP.....	150
3.2.3	O art. 93 do CDC.....	159
4.	A conexidade das demandas, incidentes e recursos que versem sobre interesses coletivos.....	161
5.	A primazia da tutela específica em prol dos interesses coletivos...	164
6.	A legitimidade para agir	166
7.	Ampla publicidade da tutela coletiva	178
8.	Direito probatório	181
9.	Coisa julgada e tutela coletiva.....	186
9.1	Legitimação abstrata e coisa julgada <i>secundum eventum</i>	186
9.2	Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	189
9.3	Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada nas Ações Coletivas: limitação territorial da coisa julgada e coisa julgada <i>in utilibus</i>	191
9.3.1	Apresentação.....	191
9.3.2	Limites objetivos.....	192
9.3.3	Limites subjetivos da coisa julgada nas demandas coletivas	203
10.	Precedentes e tutela coletiva.....	209
10.1	Introdução	209
10.2	Texto normativo e norma	210

10.3 A sentença como norma jurídica individual e norma jurídica universal.....	214
10.4 Hermenêutica constitucional: os sentidos do texto normativo são delimitados pelos valores constitucionais.....	216
10.5 Número de litígios e congestionamento judicial	218
10.6 A função das cortes de cúpula no Brasil	220
10.7 Direito jurisprudencial em abstrato?.....	225
10.8 A reclamação como técnica de proteção do ordenamento mediante imposição (respeito à vinculação) da interpretação do direito legislado federal ou constitucional.....	229
10.9 Padrões decisórios, julgamentos abstratos e a fixação de teses para o futuro: coerência e integridade ou um problema de redução das demandas?.....	231
10.10 Insegurança, instabilidade, desigualdade, desperdício de tempo e descredibilidade na resolução fragmentada das questões controvertidas nos conflitos de massa.....	237
10.11 O processo como encadear de situações jurídicas que se resolvem até a solução final.....	239
11. A efetivação da tutela coletiva.....	244
11.1 Relembrando os objetivos fundamentais da tutela coletiva ...	244
11.2 Panorama geral das técnicas de execução no CPC aplicáveis ao processo coletivo	248
11.3 Execução no “microssistema coletivo”.....	259
11.4 Um pouco mais sobre a <i>fluid recovery</i> (art. 100, parágrafo único, do CDC) no Título III, Capítulo II do CDC	264
11.5 Liquidação da sentença do art. 95 do CDC	265
11.6 A eventualidade da demanda do art. 100 do CDC.....	267
11.7 Os requisitos da ação de reparação fluida: prazo anual e gravidade do dano incompatível com o número de lesões	270
11.8 O prazo de um ano: particularidades e risco de <i>bis in idem</i>	271
11.9 Gravidade do dano incompatível com o número de habilitações à tutela liquidatória	273
11 Referências	277